

**NARRAR, INFORMAR, NAVEGAR:
O ACONTECIMENTO EMBLEMÁTICO E A ATUAÇÃO
DO LEITOR NAS MATÉRIAS SOBRE O GOLPE DE 1964**

*Sônia Maria de Meneses Silva**

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a elaboração do acontecimento emblemático na sociedade contemporânea a partir das relações entre história e mídia. Tomaremos como foco dessa abordagem o Golpe de 1964 a partir de matérias vinculadas no Jornal Folha de S. Paulo nas chamadas efemérides, dando ênfase ao painel do leitor. Neste sentido, consideraremos três elementos fundamentais: a ação narrativa ensejada sobre ele, sua divulgação nos recursos midiáticos, mais especificamente na mídia impressa e a atuação do leitor sobre tais textos.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Memória. Leitor.

ABSTRACT: When thinking about the emblematic events in contemporary society, there are three basic elements: the narrative action settled over daily events, their spread, and the performance of the navigator/consumer ahead of this production. Which is the place of this reception? How can we measure the action of the consumer in the production of these emblematic events? The present article intends to analyse the construction of the emblematic event and its narrative construction by the media. Taking the coup d'état of 1964 approach and the it's stories of it propagated in the Folha de S. Paulo newspaper, in 1994 and 2004, considering emblematic moments of the memory and history.

KEYWORDS: Media. Memory. Reader.

* Docente da Universidade Regional do Cariri-Urca, atua na área de teoria da história. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF.

Sabes navegar, [...] ao que o homem respondeu, aprenderei no mar. [...] Poderás dizer-me para que queres o barco, para ir à procura da ilha desconhecida, já não há ilhas desconhecidas, [...] É estranho que tu, sendo homem do mar, me digas isso, que já não há ilhas desconhecidas, homem da terra sou eu, e não ignoro que todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcarmos nelas.¹

Sabes Navegar? Pergunta capital em nossos dias, aqui formulada com maestria por Saramago nessa história inusitada de um homem que bate à porta de um rei para pedir-lhe um barco. Entretanto, o pedido em si não causa tanto espanto quanto o motivo que o estimulava: o homem queria sair em busca de uma ilha desconhecida. Tal intenção foi vista como disparate, uma vez que, segundo o rei, vivia-se no mundo onde todas as ilhas já eram conhecidas. Tudo já havia sido conformado, delimitado, informado, dando a impressão que todas as ilhas, assim como os sentidos e os significados, haviam sido mapeadas.

O mundo do homem da ilha desconhecida, tal qual o nosso, aparentava estar esquadrihado em territórios, repartido em fronteiras conhecidas. Contudo, na vastidão aparentemente familiar onde navegavam aqueles homens, o personagem de Saramago atua como o elemento de estranhamento, a irrupção problematizadora, o sujeito que reivindicava pra si a descoberta de novos territórios mesmo nos mapas já dispostos sobre a mesa.

Com isso, o personagem atua como o súdito inconveniente para o rei, a quem tudo competia comunicar e ser comunicado, e se coloca também como sujeito construtor, descobridor/inventor de novas ilhas; sendo homem da terra queria também ser dos mares, navegar, singrar os vastos oceanos em busca de sua própria ilha. O texto de Saramago foi evocado aqui, para nos ajudar a pensar sobre a relação estabelecida entre os receptores e os meios de comunicação em nossos dias, o que nos faz problematizar

¹ SARAMAGO, José. *O Conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo. Cia da Letras. 2003, p.33.

alguns elementos sobre a circulação da informação e a elaboração de eventos emblemáticos em nossa sociedade.

Contudo, antes de passar para essa análise é preciso esclarecer que nesse texto serão abordadas três questões principais: primeiro, a construção narrativa do acontecimento emblemático na mídia impressa. Segundo, uma reflexão do Golpe de 1964, evento capital para a compreensão da produção de sentidos históricos na relação entre história e meios de comunicação, neste caso, deter-me-ei nas matérias sobre o Golpe nas chamadas efemérides no Jornal Folha de S. Paulo e, por último, tentarei pensar a ação do leitor sobre essa produção no Painel do Leitor do mesmo jornal.

Narrar: a construção do acontecimento

A reflexão sobre os caminhos que percorrem uma dada informação é sempre problemática e incompleta, uma vez que se manifesta no espaço movediço entre o que é comunicado e o longo percurso de suas (re) apropriações por sujeitos diversos em diferentes espaços. Ação que distante de ser compreendida como circuito linear, como nos adverte Stuart Hall,² representa o movimento de uma imbricada rede na qual estão interligadas “produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução”. Uma estrutura na qual cada um desses elementos se distingue, mas que, no entanto, dialogam entre si em um movimento constante de reatualização e produção de significados.

Neste movimento, entre a produção e a recepção, um elemento manifesta-se como fundamental na elaboração da informação como mercadoria simbólica: a construção narrativa. Consideramos que “a forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa”³ pois é a partir dela que a mensagem comunicada percorre o emaranhado de fluxos e lugares de

² HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006. p.365.

³ Hall, S., *op. cit.*, p.366.

significação social que, progressivamente, articulam, organizam e inventam aquilo que conhecemos por acontecimentos, sejam aqueles ordinários; objeto de ocorrências cotidianas efêmeras, ou aqueles que passam a ser considerados emblemáticos, históricos. Neste sentido, como bem nos lembra Hall: “No momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda a complexidade das regras formais pelas quais a linguagem significa. Por isso, paradoxalmente, o evento deve se tornar ‘narrativa’ antes que possa se tornar *um evento comunicativo*.”⁴

É no espaço caótico das ocorrências cotidianas que emergem acontecimentos exemplares selecionados em um jogo nem sempre lógico de conformação. O que faz, portanto, um evento ser tomado como emblemático em meio a quase ilimitabilidade de ocorrências, são os interesses e as disputas que se estabelecem no cotidiano e é, neste palco plural, no qual circulam saberes e práticas distintas, que passado, presente e futuro dialogam. Efetivam-se, por assim dizer, relações culturais e sociais que servem para demonstrar ansiedades e expectativas a partir de um patrimônio memorável, cognitivo e pragmático.

Ao pensar sobre os acontecimentos emblemáticos na sociedade contemporânea, três elementos se tornam peças chaves nessa reflexão: primeiro, como disse anteriormente, a ação narrativa estabelecida sobre os eventos cotidianos, em segundo lugar a divulgação espetacular desencadeada sobre eles, e por último, a atuação do leitor/navegador diante desta produção.

Tais considerações nos conduzem à observação de que nenhum acontecimento representa por si mesmo os valores, elaborações ou invenções que possam ser desencadeadas sobre ele. Não existe um núcleo essencial que tenha um significado isolado dos demais componentes. Na verdade, um acontecimento somente se torna emblemático para uma sociedade quando é construído enquanto tal e sua formulação é eminentemente social, na medida em que conceituamos e elaboramos categorias de compreensão e explicação sobre ele.

⁴ *Idem*.

Nestes termos, as formas sob as quais as sociedades e os grupos humanos narram e representam seu olhar sobre o passado e o presente se manifestam como esforços de compreensão que tentam também conformar uma dada perspectiva de futuro. Nesse caso, pensando sobre os meios de comunicação, pode-se dizer que além de uma sensibilidade em relação ao passado, seus produtos carregam também uma forte intenção de futuridade.

Entretanto, nesse trabalho de conformação temporal, muitas vezes predomina uma perspectiva historicizante que enfatiza a história como *Magistra Vitea*. A mestra da vida, enunciadora de lições cuja função moral reforça o utilitarismo sobre o passado. Uma história que deve, portanto, admoestar, julgar e reparar.

No centro dessa atividade há um incessante processo de enquadramento no qual a formulação do evento emblemático figura como ação fundamental. A partir dele se oferecem as ferramentas essenciais para estimular, no presente, marcos de memória e esquecimento e, além disso, o estabelecimento de distinções sociais, construção de identidades e reivindicações de direitos. Percorrem e se entrelaçam nessa feitura formas de explicação sobre o mundo que articulam conhecimentos e informações diversas.

A produção de qualquer acontecimento emblemático — aquilo que conhecemos como fato histórico e que instala o momento de ruptura em uma dada temporalidade — é carregada por uma intertextualidade complexa que atravessa o evento “relatado” por diversos cursos narrativos. Um mesmo acontecimento pode despertar a interferência de reflexão de vários campos do conhecimento que acabam por torná-lo uma teia de representação plural.

Desta forma, a construção de seus significados se situa muito além dos domínios de qualquer lugar ou campo disciplinar, embora possa ser apropriado e conformado, em parte, por vários deles. Importante perceber que todo acontecimento assim constituído, carrega ao menos três dimensões que dialogam em um contínuo movimento de adaptações: seu caráter pragmático, a dimensão memorial e a historiográfica, seja ela produzida pelo campo histórico, ou não.

Considerando tais elementos, uma noção de circuito da infor-

mação como algo linear, no qual seria possível pensá-lo quase em uma sequência cronológica, torna-se, portanto, inadequada para a compreensão destes fenômenos. Isso porque é na imprevisibilidade das apropriações que a informação experimenta seu caráter de inteligibilidade e aceitação social. Necessita, portanto, dar-se ao mundo, como qualquer narrativa, para que seja refletida, negada ou referendada. Estabelecendo aquilo que Ricoeur⁵ denomina de círculo hermenêutico sempre renovado.

Embora haja elementos que a todo o momento atuam como pontos de conformação sobre o conteúdo comunicado — linguagem, meio, forma, apresentação, etc. — a mensagem precisa produzir efeito de realidade, verossimilhança, ser “significativamente decodificada”, como afirma Hall, pois, “é esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influência, entretém, instrui ou persuade, com consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas, ou comportamentais muito complexas”.⁶ Estabelece-se uma troca necessária que desencadeia negociações marcadas por tensões, rupturas ou mesmo conformações em diferentes momentos de apropriação que são responsáveis pela constante atualização da informação ou acontecimento.

A partir dessas questões, propomos a reflexão sobre um evento da história recente do país que se tornou um dos acontecimentos mais apropriados pela produção midiática dos últimos 40 anos: O Golpe de 1964. Suas várias interpretações e formulações coincidem com o desenvolvimento da industrial cultural brasileira e a organização das grandes redes de comunicação no país. Não é por acaso que há uma profusão de mercadorias culturais em torno de 1964.

⁵ Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, II, III, São Paulo: Papyrus Editora, 1997.

⁶ RICOEUR, P., *op. cit.*, Tomo I; p. 368.

Informar: o acontecimento tornado produto memorável

Para Ortiz,⁷ é entre as décadas de 1960 a 1980 que se consolida a indústria cultural brasileira. Representativa neste momento é a política nacional para as comunicações com a criação do Ministério das Comunicações em 1967 e a formação dos primeiros cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e São Paulo.

Esse desenvolvimento se deveu em grande parte a uma política nacionalista implementada pelo Estado, inclusive durante a ditadura. “O que caracteriza a situação cultural nos anos 60 e 70 é o volume e a dimensão do mercado de bens culturais. [...] Durante o período que estamos considerando ocorre uma formidável expansão, em nível de produção, de distribuição e de consumo de cultura, é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa.”⁸

Nos anos 1990, a adaptação de obras de teor histórico ganha atenção, especialmente pelo momento político vivido no Brasil, onde a reflexão sobre o passado passa a ser questão central na construção de uma ideia de democracia. Não somente no Brasil, mas na América Latina, as discussões em torno dos regimes ditatoriais ganham destaque fazendo proliferar uma gigantesca demanda por informações sobre o período.

Filmes, documentários, jornais, revistas e mini-séries fazem do Golpe de 1964 um produto simbólico espetacular estimulando-lhes constantes releituras. Esses elementos nos servem para perceber de que forma os meios de comunicação agem na formulação de sentidos sobre o passado.

Para além de seu potencial como produto midiático, 1964 é também um inegável capital memorial e historiográfico para a sociedade brasileira. Isso significa dizer que, ao nos remetermos a ele, iremos nos deparar com complexas disputas de memórias, lutas por

⁷ ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

⁸ ORTIZ, R., *op. cit.*, p. 121.

reparações sociais, divergências políticas e embates de versões.

A atuação da mídia na estruturação de sentidos sobre 1964 pode ser percebida em dois momentos: primeiro na produção de notícias propriamente ditas; a série de eventos que se seguiu logo após o anúncio da tomada de poder pelos militares. Esse momento é marcado pela cena do imediato, no qual o evento é significado quase em sua ocorrência pragmática.

Embora a notícia seja definida pelo Manual de Redação do Jornal Folha de S. Paulo, como sendo o “puro registro dos fatos, sem opinião”,⁹ essa construção jamais é “pura” ou aleatória. Há sempre uma sistematização que funciona como um recorte no espaço caótico do cotidiano e que estabelece sobre os eventos narrados uma composição de sentidos que é, ao mesmo tempo, social, linguística e ideológica. Ao fazer isso, submetem-se os acontecimentos a uma lógica que, progressivamente, vai tornando-os parte de uma narrativa maior que é, por exemplo, a própria construção de 1964 como evento emblemático para a história brasileira.

Na segunda fase, a tessitura narrativa se dá tanto a partir dos rastros, produzidos no primeiro ciclo narrativo, como por novos relatos que agora se apresentam em caráter memorial. Os meios passam a evocar as comemorações e reflexões sobre 1964, estruturando, nesse percurso, novos sistemas de significação.

Tradicionalmente, o período ditatorial brasileiro encerra-se em meados dos anos 80, quando houve um novo ordenamento das organizações político-sociais no Brasil e tem início o processo de redemocratização no país. Nesse momento outros eventos entram em cena para disputar com 1964 o lugar fundante na elaboração de significados, como é o caso dos debates em torno da anistia, o movimento pelas diretas e as eleições para presidente em 1989.

Em 1964, progressivamente, vai perdendo sua dimensão noticiosa e passa a figurar como evento memorável e exemplar, embora, os acontecimentos em seguida o tenham como referencial de explicação, o que demonstra como o passado serve como agente significador do presente, como podemos observar nesse editorial

⁹ *Manual da Redação Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 88.

do Jornal Folha de S. Paulo de 1985:

A eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República marca o fim de um ciclo na vida política brasileira. Se o momento é o da valorização da democracia, e da esperança de implantá-la em breve, não se trata, contudo, de simplesmente virar uma página na História do País, na recusa a encarar de frente o que foi o período autoritário e a avaliá-lo com maturidade. Sua memória não pode desaparecer na cômoda impressão de que, hoje, os desmandos e práticas condenáveis que o caracterizaram não seriam mais concebíveis, ou de que são felizmente coisa do passado.¹⁰

A partir desse trecho, percebemos um novo ciclo de produção de sentidos, ou para utilizarmos as proposições de Paul Ricoeur, o acontecimento é articulado em novas narrativas, uma segunda mimese que o aborda não mais como notícia, mas como memória. Podemos notar também como, a partir de 1964, articulam-se três horizontes temporais distintos: primeiro apresenta o encerramento de um período e coloca o presente como o tempo da mudança — simbolizado pela vitória de Tancredo Neves. Em segundo lugar, o passado é projetado sobre o presente como advertência, lição que não deve ser esquecida e, por fim, o futuro preconizado como tempo melhor no qual finalmente se realizaria a democracia.

Ao perder a dimensão de notícia, 1964 é situado como ocorrência célebre e modelar, tornando-se patrimônio a ser disputado que reitera uma ideia de história teleológica e progressiva numa conduta utilitarista do passado. Este deve servir para manter o presente em constante estado de alerta, uma vez que virar a “página da história” é correr o risco de repetir erros.

No novo ciclo de significação o evento é reivindicado por vários grupos que pretendem ordenar suas explicações e, embora predomine certas versões que se tornam mais visíveis no arranjo de sentidos, isso não quer dizer que ele seja capturado totalmente

¹⁰ *Folha de S. Paulo*. Caderno Brasil. 16 jan. 1985.

por alguma delas ou que se submeta a uma rede de determinação imutável, pois, “é sempre possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um ‘mapeamento’”.¹¹

Nesse tumulto de vários atores, o Jornal Folha de S. Paulo, exerce um papel bastante singular; primeiro por seu apoio declarado ao Golpe em 64 e durante quase todo o período em que os militares permaneceram no poder, em segundo, por sua atuação na campanha das Diretas nos 80, e, mesmo que nos anos 90, o jornal tente se apresentar como arena neutra para esses debates, ele jamais pode ser visto como espaço isento. O Jornal Folha de S. Paulo soube reverter sua participação na campanha das Diretas em um poderoso capital simbólico que serviu para (re)significação de sua atuação política na história recente do país. Com a campanha das Diretas, apresentou-se como espaço de defesa e luta pela democracia reformulando a própria memória de sua atuação na ditadura militar.

Vejamos como o Jornal define o Golpe de 1964, ao organizar, em 1996, um debate entre o Senador Jarbas Passarinho e Marcelo Rubens Paiva, dois personagens que estiveram em lados opostos, durante período: “O 31 de março de 1964 é uma data incômoda para o Brasil. Uma data que divide o país há três décadas. Para alguns, o dia em que a revolução militar derrotou o comunismo. Para outros, o dia em que o golpe militar quebrou a ordem democrática”.¹² (FOLHA, 30/06/1996)

O trecho nos demonstra como 1964 é ainda um evento em movimento, uma vez que, contraditoriamente, teima em não perder sua dimensão polêmica a cada efeméride. Sua conceituação é complexa e o jornal acentua esse aspecto numa tentativa de isenção, deixando que sujeitos indeterminados (alguns ou outros) se posicionem sobre o mesmo. A dificuldade e a tensão sobre um possível posicionamento pode ser observada em seus manuais de redação. Aqui citamos o de 1992, destacando três verbetes exemplares:

¹¹ HALL, S., *op.cit.*, p. 374.

¹² SCHWARTS, Adriano. *Artes do Conhecimento – 100 entrevistas do Mais! (1991-2002)*. São Paulo: Publifolha. 1ª. Edição 2003. p. 437.

Ditadura — use com critério este termo para designar a dominação de uma sociedade por uma pessoa ou um pequeno grupo. É melhor qualificar regimes autoritários de forma objetiva: governo militar; regime cujo o presidente está no poder a 25 anos; regime de partido único. Não use a expressão ditadura militar nem revolução de 64 para designar o movimento militar ocorrido no Brasil naquele ano.¹³

Movimento militar — O de 1964 no Brasil, deve ser designado por essa expressão, e não por ditadura ou Revolução.¹⁴

Revolução de 64 — Não use esta expressão para designar o movimento militar que ocorreu no Brasil naquele ano.¹⁵

Percebe-se uma tentativa de despolitização do acontecimento, como se, ao retirar-lhe o potencial de divergência ele se tornasse objetivo. Nesse caso, predomina a ideia de acontecimento como um dado a ser revelado ao imprimir-lhe a ilusão de acontecimento puro, não conceituado, pois, defini-lo por conceitos como ditadura ou revolução seria situá-lo em algum pólo da discussão. Contudo, a escolha pelo termo “movimento militar” embora aparente uma pretensa neutralidade, claramente favorece a atuação dos militares, posto que, minimiza política e socialmente os efeitos do evento.

Nas páginas do Jornal esses grupos debatem dando impressão de que, a cada efeméride, a verdade estaria mais próxima de ser alcançada, pois, em um contínuo processo de novas descobertas e acúmulo de evidências, chegar-se-ia um dia à sua total explicação; além disso, constrói-se a sensação de que, finalmente, o passado poderia ser reparado no presente, um lenitivo para aqueles que estiveram diretamente ligados ao evento, como pode ser observado no artigo do Colunista Luiz Carversan de 1994:

¹³ *Manual da Redação Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 1992. p. 70

¹⁴ *Ibidem*. p. 92.

¹⁵ *Ibidem*. p. 108.

É extremamente importante que novos detalhes — históricos, pitorescos, ridículos alguns — sobre o movimento militar de 31 de março de 1964 venham à tona. Assim como é preciso lembrar o que foram os anos de regime militar. No mínimo para que não se perca na poeira do tempo a escuridão sob a qual fomos obrigados a viver. [...] Quanto medo, quanto cuidado, quanto sentimento de liberdade reprimido, quanta necessidade de encontrar a identidade do meu próprio país e a minha mesma...¹⁶

Tal prerrogativa é tomada como fundamento desde a produção das notícias, pois, segundo o jornal, “quem busca profissionalmente a notícia deve valer-se de uma série de procedimentos que tornam sua apuração mais confiável e seu relato mais exato. Deve [...] observar cada detalhe com atenção e distanciamento, empenhar-se em identificar os vários lados implicados em cada situação [...]. Fatos, porém, são mais fortes de declarações”.¹⁷

Em suas quatro versões, o manual de redação do jornal Folha de S. Paulo, ao apresentar o verbete “o outro lado”, orienta o “relato” da notícia para que se encontre o “fato comprovado, relevante e novo”, chamando atenção que, “todo fato comporta mais de uma versão”¹⁸ (MRFS, 1984, p. 64). Em 1987, acrescenta que “a Folha deve sempre tentar ouvir todas as possíveis versões de um fato” (MRFS, 1987, p. 118), para que, finalmente, segundo o Manual de 1992, “o leitor tire suas conclusões” (MRFS: 1993; 39).

Nesse ponto, abre-se uma linha em busca de legitimidade entre o veículo enunciador da informação, construtor da narrativa, com o receptor de seu produto. O chamamento para que o leitor atue como mediador final sobre o acontecimento/notícia apresentado visa dar caráter de transparência e isenção ao jornal, como se o seu papel fosse, tão somente, o de relator dos fatos.

¹⁶ Jornal Folha de São Paulo. CARVESAN, Luis. *Lembrar para não esquecer – Opinião*. p. 1-2, 31 mar. 1994, Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.

¹⁷ *Manual da Redação Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha: 1992, p. 27.

¹⁸ *Manual da Redação Folha de S. Paulo*. São Paulo: Folha de São Paulo: 1984, p. 64.

Navegar: o leitor/navegador no mar da informação.

O leitor já emerge no horizonte de expectativa da informação muito antes dela ser difundida, uma vez que partilha com jornalistas, editores, articulista de uma dada historicidade. Muitos deles vivenciaram de forma direta ou indireta os eventos significados na narrativa jornalística e comungam elementos de aproximação ou distinção na construção dos episódios, contudo, é necessário ressaltar que ambos estão separados por lugares de produção distintos.

Os diversos atores envolvidos atuam de forma diferenciada sobre a informação que circula. Para mencionarmos Michael de Certeau,¹⁹ enquanto uns trabalham a partir de lugares institucionalizados que visam ordenar a informação distribuída em grandes redes e sistemas de comunicação, lugar produtor de estratégias; o outro persegue as frinchas, os não lugares dessa produção a partir de ações táticas.

Nestes termos a participação do leitor sobre os produtos culturais muitas vezes tem que ser visualizada dentro dos espaços abertos no próprio produto, e embora estes sejam pensados de forma racionalizada pelo meio, há sempre a possibilidade de inferirmos sobre as maneiras como o leitor atua diante dessa produção. Observemos falas de leitores se referindo à matéria do Jornalista Luiz Caversan que mencionamos no outro tópico:

Parabéns Luiz Caversan 'Lembrar para não esquecer' sobre a destruição da democracia, 'o golpe de 64, 30 anos depois'. Seu veredicto, culpado, encerra o longínquo silêncio de três gerações vítimas do medo da repressão e da tortura. Ernani Miura "Porto Alegre" RS.²⁰

Quero parabenizar Luiz Caversan pelo artigo do dia 29/03 ('Lem-

¹⁹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. v. 1, São Paulo: Vozes, 1998.

²⁰ Painei do Leitor: *Folha de S. Paulo*, 2 abr. 1994. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

brar para não esquecer’). Solidarizo-me com seu veredicto: culpados. Maria Isabel Serra “Mogi das Cruzes” SP.²¹

Ao ler ‘Lembrar para não esquecer’, foi impossível não escrever. Eu também pertenço à geração de 55 e sei muito bem o que é medo, medo, medo e atraso... Manoel Alves Calixto – São Paulo, SP.²²

Nas citações acima, podemos distinguir dois núcleos centrais de significação da informação: primeiro, a forma como os leitores atuam sobre a matéria a partir de elementos de identificação com o conteúdo elaborado pelo jornalista Luiz Caversan. Sua leitura desencadeia elementos de reconhecimento entre articulista e leitores, na medida em que nos demonstra a partilha de produtores de sentidos comuns sobre o evento narrado; o texto do jornalista funciona quase como catarse pessoal sobre o episódio; como podemos observar no seguinte trecho:

Mas é preciso que se diga que foi em nome de uma ideologia que não era a minha e a título de combater ideias que também não saíam da minha cabeça que eles — os militares — me relegaram por anos à escuridão, ao medo e ao atraso. A história os julgará melhor que eu. Mas eis, com o risco da arrogância, o meu veredicto: culpados.²³

Manifesta-se aqui uma troca de um patrimônio que é ao mesmo tempo memorial e cognitivo, pois, como nos chama atenção Antunes e Vaz²⁴, “a mídia é um lugar de experiência e ao mesmo

²¹ Painei do Leitor: *Folha de S. Paulo*, 18 abr. 1994. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

²² Painei do Leitor: *Folha de S. Paulo*, 18 abr. 2004. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

²³ CARVESAN, Luis. In *Folha de São Paulo*; 29 mar. 1994, Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

²⁴ ANTUNES, Elton e VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, uma halo e um elo. In: GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera (Org.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. São Paulo: Autêntica, 2006, p. 51.

tempo um lugar que interpreta e reconfigura a experiência. Há uma dimensão ‘subterrânea’ dessa experiência do mundo, a cultura [...]”. É nessa dimensão experiencial que as falas do articulista e dos leitores dialogam.

Por outro lado, pode-se perceber também a maneira como 1964, evento emblemático, é pensado a partir de seu potencial de patrimônio histórico. Evidencia, por conseguinte, uma dada visão sobre o passado e a função da história que, como chamei atenção anteriormente, é vista como tribunal enunciador de sentenças.

Mesmo quando as versões sobre o acontecimento divergem totalmente, a expectativa sobre as funções do passado ainda parecem comungar dos mesmos fundadores de sentido, o que nos chama atenção para a difusão de uma consciência histórica partilhada no cotidiano. Vejamos a Ordem do Dia do divulgada pelos três ministros militares em 31 de março de 1994:

A Nação relembra, hoje, a verdadeira cruzada cívica que representou, há trinta anos, o Movimento Democrático, cujo epílogo ocorreu em 31 de março de 1964. Em razão de a maioria dos atuais integrantes das Forças Armadas ainda não ter nascido naquela época, impõe-se retroceder algumas páginas da história recente de nosso País, para configurar o cenário no qual a Revolução foi deflagrada.²⁵

Para os militares, a história também é ferramenta pedagógica e, mesmo que aqui sirva a uma lição cujo conteúdo é totalmente diverso do anterior, o passado também é tomado como advertência ao presente para que, segundo os generais, “continuemos construindo a Pátria que almejamos, fazendo-nos dela merecedores” (*idem*). A publicação da ordem do dia nas páginas da Folha de S. Paulo nos remete mais uma vez ao procedimento do jornal de divulgar “todos os lados do acontecimento”, manifestando, como dissemos, intenção se apresentar como arena neutra de debates, o que faz com que sejam colocados nas mesmas páginas articulis-

²⁵ Veja Íntegra – Ordem do Dia: *Folha de S. Paulo*, 31 mar. 1994, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>.

tas como Caversan e Jarbas Passarinho, este último um dos mais atuantes no momento das efemérides. Em um texto publicado em 2004, Jarbas Passarinho afirmava que:

O 31 de março de 1964 foi resultado de um clamor popular para a deposição de João Goulart e hoje é tido como um golpe para usurpação do poder pelos militares. Por que? Manchetes, em letras garrafais, de “Basta!” e “Fora João Goulart”, da grande imprensa nacional, são hoje substituídas, nos mesmos jornais, por ácidas críticas aos “anos de chumbo” do ciclo militar. Por que? ²⁶

Jarbas Passarinho reordena totalmente o significado de 1964, apresentando-o não como Golpe, mas quase como ação de salvamento do Brasil de um possível colapso político eminente, postura que desencadeia forte reação por parte dos leitores:

Não sei como o coronel da reserva Jarbas Passarinho chegou à conclusão de que o golpe militar de 1964 foi fruto do clamor popular. [...] Ninguém do povo pediu ou autorizou o Exército e as demais Forças Armadas a darem um golpe na democracia, tomando de assalto o poder, prendendo, torturando e matando pessoas. O ponto de vista do coronel continua coerente com a sua miopia democrática. Wilson Gordon Parker “Nova Friburgo, RJ.”²⁷

Em outro depoimento, o leitor elogia a postura do general, ressaltando a necessidade, segundo ele, de se “mostrar o outro lado da história”:

Excelente o artigo do ex-senador Jarbas Passarinho [...] O artigo mostra o outro lado desse período da história recente do Brasil, cujo lado negativo a imprensa prefere enfatizar — por tendência ou

²⁶ PASSARINHO, Jarbas. In *Folha de S. Paulo*, 19 dez. 2004, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

²⁷ *Folha de S. Paulo*, 20 dez. 200. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

conveniência de alguns jornalistas. [...] Erros e excessos cometidos não apagam o progresso e o impulso dado ao país. Nasser Saleh, Ribeirão Preto, SP.²⁸

Tanto a fala do coronel Jarbas Passarinho como a dos leitores servem para demonstrar a polissemia sobre qual se assenta 1964. As divergências sobre sua conceituação: ditadura, revolução, movimento militar, denunciam a efetivação de uma significação sobre o acontecimento que é multifacetária e complexa, o que não significa, necessariamente, que o jornal seja um espaço plural sobre 1964, pois como nos lembra Hall, “polissemia, entretanto, não pode ser confundida com pluralismo. Os códigos conotativos não são iguais entre si”.²⁹

Na verdade, predomina sobre 1964, uma epistemologia tradicional e pragmática, na qual a história deve se eximir de posições e a verdade deve ser descoberta por baixo de toda a poeira das versões e é, nesse sentido, que o jornal joga com todos os depoimentos apresentados em suas páginas. Nelas cabem todas as versões, que embora rivalizem entre si, buscam chegar ao mesmo ponto: a verdade final. A história é explicada a partir de um encadeamento de causas, efeitos e consequências.

Em nenhum momento a produção de tais relatos se apresenta como “construção”, mas sim, são tomados como lugares de verdades que “resgatam”, “retratam” e “apresentam” o passado, cabendo ao leitor descobrir qual deles é o verdadeiro.

O conhecimento produzido por esses lugares além de ter se tornado um recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva também olhares e atitudes de nossa sociedade sobre o seu passado uma vez que é preciso termos clareza que a produção científica da História é, tão somente, uma parte da formação histórica de uma sociedade.

²⁸ Painel do Leitor: *Folha de S. Paulo*; 20 dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

²⁹ HALL, S., *op.cit.*, p. 374.

Por outro lado, a recepção das matérias sobre o golpe por parte dos leitores, é um exemplo de como um acontecimento torna-se um patrimônio político e memorial a ser disputado. Tal constatação não retira de 1964 o potencial traumático e tenso, ao contrário, o situa como lugar de destaque na ordenação de atitudes sobre o passado, pois além de todos os aspectos que discutimos aqui, emergem sobre ele memórias de forte teor emocional e afetivo que estimulam discussões severas no cotidiano, principalmente, em torno do esquecimento do evento. Vejamos:

Comemorar nunca, lembrar sempre, mesmo porque até hoje não se sabe se aconteceu em 31 de março ou em 1º de abril. Não se sabe também se foi revolução, golpe de Estado ou quartelada. Nada disso importa. O que importa é que foi um dos períodos mais negros da nossa história recente. Jurcy Querino Moreira, Guaratinguetá, SP.³⁰

A necessidade do não esquecimento tornou-se uma prática disseminada na sociedade contemporânea, estruturando aquilo que Huyssen³¹ define como cultura da memória, postura adotada em vários países, sobretudo, onde se instalaram acontecimentos traumáticos como guerras, ditaduras, genocídios, etc. Para Brossat,³² tais acontecimentos tornaram o final do século XX e início do XXI a era das comemorações e da constituição dos marcos temporais, numa frenética cadência de ritos que parecem ser pensados quase em linhas de produção. O rápido registro do passado resultou em uma inesgotável demanda de datas, lugares e personagens que, por apresentarem certo valor de antiguidade, tornam-se memoráveis.

³⁰ *Folha de S. Paulo*, 31 mar. 1994. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>

³¹ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória* – arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. 2ª. Edição. 2000.

³² BROSSAT, Alain. La memoria colectiva – Entre la resistencia y la gubernamentalidad. *Puentes*, n. 19, dezembro de 2006.

Na constituição história desse momento, os meios de comunicação atuam vigorosamente em duas dimensões: como tecedores de narrativas que ajudam a formular e significar os eventos emblemáticos em nossos dias e também como lugares produtores de história e memória. A informação veiculada nesses recursos percorre diferentes fluxos de apropriação e conformação que por sua vez evidenciam aspectos da própria historicidade contemporânea.

Há uma circulação reticular de sentidos e, mesmo que a produção midiática se desenvolva a partir de dominantes de ordenação em suas rotinas de trabalho, há uma troca necessária entre produtores e receptores, o que nos faz retomar a metáfora de Saramago e pensar sobre homem da terra que, ao se aventurar a navegar e a percorrer as ondas e as correntezas dos mares, reivindica também papel de construtor de sentidos em busca de sua ilha. Assim como o homem da ilha desconhecida, também nós, leitores, navegadores e produtores, todos os dias, lançamo-nos no oceano da informação que nos circula. Atuando de formas diversas, somos também caçadores de ilhas desconhecidas.

Recebido em agosto de 2008
Aprovado em agosto de 2009